

Ministério de Minas e Energia**Assessoria de Comunicação Social - ASCOM****Sumário**

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Indústria reage à proposta de mudar regras de leilões.....	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo.....	3
Título: Previ pede arbitragem contra Petrobras	3
Título: Receita da mineração cai para menos da metade do valor de 2011.....	4
Título: Esquizofrenia amazônica	5
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	6
Título: Governo projeta economizar 20% na conta de luz.....	6
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	7
Título: Governo comprará energia no mercado	7
Título: Consórcios interessados na BR	9
Título: Petróleo: conteúdo local menor	10
Título: É preciso reduzir o risco no setor elétrico	12
VEÍCULO: Valor Econômico.....	13
Título: Governo cobra ANP por regra de 'waiver'	13
Título: Mudanças são "péssima sinalização".....	15
Título: Estaleiros buscam apoio de prefeitos de municípios	16
Título: Energia garante retomada da ABB.....	17
Título: Usinas do grupo Bolognesi são adiadas.....	19
Título: Fundos de pensão cobram da Petrobras perdas na Sete Brasil.....	20
Título: Tereos investe R\$ 60 milhões em usina.....	22

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: João Sorima Neto****Título: Indústria reage à proposta de mudar regras de leilões**

Para setor, alterar exigência de conteúdo local aumentará desemprego

Em documento enviado ontem a cinco ministérios e a outros órgãos, como Receita Federal e BNDES, a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) afirma que, se o governo acabar com as regras de conteúdo local nas licitações de novos campos de petróleo e gás, o país poderá acrescentar mais 1 milhão de desempregados aos 12 milhões já existentes. Reportagem do GLOBO, ontem, informava que o governo estuda adotar regra temporária e mais flexível de conteúdo local na 14ª Rodada de Licitações, prevista para setembro, optando por exigências "locais-globais", o que favorecerá petroleiras estrangeiras interessadas no leilão, que poderiam trazer equipamentos e materiais do exterior.

Desde o ano passado, governo, petroleiras e indústria discutem a possibilidade de mudar regras. Diante do cronograma apertado para o certame, a definição de um nível de exigência para a fase de exploração e outro para produção permitiria a liberação do edital a tempo. Nos últimos anos, as petroleiras fizeram uma série de pedidos de autorização à Agência Nacional do Petróleo (ANP) para serem liberadas de cumprir exigências de conteúdo local. Foram registradas diversas multas por descumprimento. As empresas alegam que a diferença de preços entre fornecedores locais e estrangeiros é significativa. Há casos em que foram registradas diferenças de até 40%. — O custo "do não conteúdo local" poderá ser contabilizado pela perda de aproximadamente 1 milhão de empregos. Vamos fechar as empresas nacionais. Por isso, decidimos enviar esse documento — diz o presidente do Conselho de Óleo e Gás da Abimaq, Cesar Prata.

O documento da Abimaq, assinado pelo presidente da entidade, José Velloso, observa que, desde 1999, quando ocorreu o primeiro leilão de blocos exploratórios no país, as exigências de conteúdo local têm sido "empregadas como ferramenta de desenvolvimento nacional por meio da inserção de nossa indústria no mercado". As regras de conteúdo local preveem percentuais específicos de serviços, máquinas e equipamentos, que podem variar segundo a fase do empreendimento. "Ocorre que a maioria dos serviços já leva um elevado índice de conteúdo local. Se o governo adotar um modelo de conteúdo local-global, considerando exigência mínima de 40% de conteúdo local, esse percentual pode ser alcançado com zero de máquinas provenientes da indústria de transformação, que é a que mais agrega valor e gera empregos no país", diz o texto.

A Abimaq defende que o governo adote uma regra de conteúdo local considerando cinco segmentos individualmente: engenharia, serviços, máquinas e equipamentos, materiais e sistemas. Isso evitaria a "liquidação" da indústria nacional, segundo a entidade, que diz estar pronta para fornecer materiais e equipamentos necessários à exploração de petróleo e gás, depois de ter investido mais de U\$ 60 bilhões nos últimos anos. O documento da Abimaq afirma que a indústria nacional não é mais competitiva por causa dos juros e tributos elevados, além do câmbio desfavorável. E destaca que não foi a regra de conteúdo local que levou à corrupção revelada pela Operação Lava-Jato, mas a metodologia usada pela Petrobras, de contratar projetos completos de poucas empresas. "Tal fato (corrupção) aconteceu em empreendimentos onde não havia a exigência de conteúdo nacional, como nas refinarias Abreu e Lima, no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) e nas plantas de fertilizantes, que também registraram os maiores atrasos com produtos importados", cita a entidade.

SINALIZAÇÃO NEGATIVA

As mudanças em avaliação no governo, segundo a Abimaq, são uma péssima sinalização para as empresas com planos de investir no setor de bens e serviços no Brasil. "Nossos desempregados aceitam exportamos empregos para a China, Coreia e Cingapura? A resposta precisa ser dada pelas autoridades", diz Veloso no texto. O presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, destacou em artigo publicado esta semana que, de 2004 a 2014, "um conjunto de setores industriais fornecedores do setor de petróleo e gás gerou R\$ 19 bilhões em investimentos e 65 mil novos postos de trabalho". Tanto Fiesp como Abimaq têm debatido a questão com entidades trabalhistas, como a Federação Única dos Petroleiros (FUP) e a CUT, para definir ações contra os planos do governo. Ainda não há definição final sobre o assunto.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Previ pede arbitragem contra Petrobras

O fundo de pensão dos empregados do Banco do Brasil, Previ, deu entrada em um processo de arbitragem contra a Petrobras com o objetivo de recuperar as perdas com o investimento na empresa de sondas Sete Brasil.

A **Folha** apurou que o pedido de arbitragem foi protocolado na Câmara de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil Canadá e correrá sob sigilo.

A Previ investiu R\$ 180 milhões no FIP (Fundo de Investimento em Participações) Sondas, criado para financiar o início das atividades da Sete Brasil, projeto desenvolvido para ser a principal fornecedora de sondas para o pré-sal.

A empresa começou a naufragar a partir da descoberta do esquema de corrupção da estatal pela Operação Lava Jato. A crise se aprofundou após a queda nos preços do petróleo e a revisão de investimentos da Petrobras, que avalia não precisar mais das 29 sondas contratadas.

Em abril de 2016, em dificuldades para obter novos financiamentos, a Sete pediu recuperação judicial, com uma dívida estimada em R\$ 19,3 bilhões.

Logo após, a Previ reconheceu em seu balanço as perdas com o investimento. Mesmo procedimento foi adotado por outros investidores no FIP, como a Funcef e a Petros, que gerenciam a previdência dos empregados da Caixa Econômica Federal e da Petrobras, respectivamente.

O plano de recuperação judicial da Sete, que deve ser discutido com os credores da empresa em assembleia no fim deste mês, depende de investimentos de até US\$ 5 bilhões para a conclusão de 12 sondas e, principalmente, de um acordo com a Petrobras para o aluguel das unidades.

Previ e Sete Brasil não quiseram comentar o assunto. Procurada, a Petrobras ainda não se manifestou.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Receita da mineração cai para menos da metade do valor de 2011

A receita do setor de mineração no Brasil caiu pelo quinto ano consecutivo em 2016, quando o valor de vendas em dólares foi metade do verificado em 2012. Os dados são do Ibram (Instituto Brasileiro de Mineração)

No ano passado, foram US\$ 24 bilhões (R\$ 75 bilhões na cotação atual), ou 7,7% a menos que em 2015.

A última queda foi menos acentuada que a dos anos anteriores (em 2015, caiu 35%).

O mercado atingiu um patamar que deve ser o padrão durante algum tempo –a previsão para 2017 é de uma receita parecida com as dos dois últimos anos.

"As cotações do minério de ferro entre 2011 a 2014 estavam fora da curva, chegaram a US\$ 150 (R\$ 474 no dólar atual)", diz Marcelo Ribeiro Tunes, diretor do Ibram.

O preço médio da tonelada no último mês foi de US\$ 80 (R\$ 248), de acordo com a consultoria Metal Bulletin.

Mudanças na demanda e na oferta explicam o novo patamar, afirma Felipe Beraldi, consultor da Tendências.

"Houve acréscimo à produção global. Pelo lado do consumo, a China até melhorou recentemente, mas a longo prazo deve desacelerar à medida em que deixar de investir em infraestrutura."

Os preços para produzir minérios também baixaram, diz Valdir Farias, diretor-executivo da Fioito Consultoria.

"Durante o boom, o preço tornou viável até mesmo a produção na própria China, e isso afetou a oferta. Agora, só permanecem as empresas realmente competitivas."

O Brasil exportou mais minério durante os anos em que a cotação caiu, o que compensou, em parte, a deterioração dos preços.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Editorial

Autor:

Título: Esquizofrenia amazônica

O governo Michel Temer (PMDB) mexe com fogo na Amazônia. Sob pressão da bancada ruralista, inclina-se a rever unidades de conservação (UCs) já instituídas, comprometendo medida das mais eficazes para conter o desmatamento.

Como se viu em administrações anteriores, o primeiro escalão se divide na matéria. De um lado, o Ministério do Meio Ambiente trabalha pela preservação das florestas. De outro, pastas de maior peso —Agricultura, Minas e Energia, se não a Casa Civil— se dedicam a solapar seus esforços.

No momento, parlamentares negociam diretamente com o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha (PMDB), a amputação de UCs no Amazonas e no Pará.

Pelo projeto de lei em gestação, sofreriam poda a reserva biológica Manicoré, o parque nacional Acari e as florestas nacionais Aripuanã e Urupadi. Com a

adicional extinção da área de proteção ambiental Campos de Manicoré, o território total a perder proteção seria de 10.763 km², algo como metade do Estado de Sergipe.

As reservas naturais haviam sido criadas por decreto da presidente Dilma Rousseff (PT), um dia antes de seu afastamento pelo Senado. Todas elas se encontram na zona de influência da BR-319 (Manaus-Porto Velho), uma das mais ativas frentes de devastação florestal.

O desmatamento na Amazônia, que deu um salto de 29% em 2016, avançou com vigor ainda maior no Amazonas, onde subiu 54%, de acordo com dados de satélite. O Estado perdeu 1.099 km² de matas no ano, contra 712 km² em 2015.

A eventual diminuição da área protegida ali daria aos proprietários rurais o mesmo sinal emitido pelo governo Temer em dezembro, quando a floresta nacional do Jamanxim (PA) perdeu mais da metade da superfície original: seus pleitos contra a imobilização de terras florestadas serão atendidos.

Constrangedor é ver o ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho (PV), alijado pelo próprio Planalto dessa negociação.

"Em relação às discussões entre parlamentares e a Casa Civil para redução de 65% das áreas das unidades de conservação (...), o Ministério do Meio Ambiente informa que ainda não foi convidado para reuniões", diz nota oficial.

"Tão logo seja informado oficialmente irá se pronunciar. (...) Qualquer alteração de área em unidades de conservação depende de análise técnica."

Um presidente com pulso não toleraria tamanha demonstração de descompasso entre seus ministros. A não ser, claro, que um deles já conte com seu beneplácito.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth

Título: Governo projeta economizar 20% na conta de luz

O governo anunciou ontem que vai passar a consumir energia elétrica do mercado livre, medida que pode gerar uma economia de R\$ 400 milhões por ano, de acordo com o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira. A projeção é reduzir os gastos em 20% – em 2016, essas despesas somaram R\$ 2,2 bilhões.

Com a decisão, a União terá acesso a um dos principais benefícios dos clientes do ambiente livre: não pagar o empréstimo bilionário que o próprio governo arquitetou para socorrer as distribuidoras de energia elétrica em 2014. O

financiamento, de R\$ 21,176 bilhões, evitou um tarifaço em pleno ano eleitoral. Passadas as eleições, em 2015, a tarifa subiu, em média, 50%.

Para o consumidor residencial, o empréstimo tem um peso de cerca de R\$ 4 a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. Mas os clientes comuns não podem fazer a mesma escolha do governo, pois seu consumo é muito baixo. Para migrar para o mercado livre, é preciso ter uma demanda de, pelo menos, 3 mil MWh. Isso também é possível se o consumo for superior a 500 kWh, desde que os contratos sejam exclusivamente de fontes renováveis.

O valor médio da energia ofertada pelas distribuidoras, que atendem as residências, e pelas comercializadoras do mercado livre, que atendem os grandes consumidores, é o mesmo, em torno de R\$ 160,00 por MWh. A diferença é que as concessionárias adicionam, na conta final, R\$ 40,00 por megawatt-hora (MWh) para pagar o empréstimo aos bancos. É daí que vem a estimativa de economia média de 20% mencionada pelo governo.

COLABORARAM FERNANDO NAKAGAWA E LORENNA RODRIGUES

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Governo comprará energia no mercado

A decisão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), nesta semana, de simplificar a adequação da migração para o mercado livre de energia, vai permitir que o governo economize R\$ 400 milhões por ano na conta de luz. A informação é do ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, que anunciou ontem que os órgãos públicos federais vão mudar a forma de contratação de eletricidade. Ele afirmou que, em 2016, a União gastou R\$ 2,3 bilhões com energia e a migração para o mercado livre permitirá uma redução de 20% sobre esse valor a partir do ano que vem.

O processo será gradual, de acordo com o ministro, começará pelos ministérios da Esplanada e pelo Palácio do Planalto e vai se estender às demais unidades do governo nos estados. “Vamos substituir os contratos com a CEB por um unificado e fazer um diagnóstico sobre o consumo e o enquadramento tarifário. Isso deve tomar todo o primeiro semestre”, explicou o secretário de Gestão do Planejamento, Gleisson Rubin.

Oliveira garantiu que a CEB não deverá perder muito com a mudança. “Ela vai

continuar recebendo a tarifa de distribuição pelo serviço prestado. Mas vamos comprar energia do gerador pelo preço direto, e não pelo preço regulado, e ganhar na diferença”, disse. A CEB Distribuição está avaliando o impacto que essa eventual migração vai gerar no faturamento. “A companhia não perderá toda a receita com a migração porque continuará recebendo, de forma permanente, pelo uso da infraestrutura do serviço”, afirmou a empresa, em nota. “O processo de migração somente se iniciará a partir dos vencimentos dos contratos existentes”, emendou a CEB.

O ministro esclareceu que o governo adquire a energia como um consumidor individual hoje. “Entretanto, pelo porte e pelo volume, passará a comprar no mercado livre, que é o que grandes consumidores estão fazendo”, explicou. Conforme o gerente de Regulação da Safira Energia, Fabio Cúberos, a mudança promovida pela Aneel reduziu o custo com a adequação do sistema de medição, que passava de R\$ 30 mil e afastava clientes menores. “Para comprar energia no mercado livre, é preciso ter uma demanda de, no mínimo, 500 quilowatts contratados e estar conectado em média ou alta-tensão. Alguns prédios da Esplanada usam média tensão. Como o governo pretende unificar os contratos, vai se beneficiar da mudança.”

Oliveira apresentou o balanço dos gastos com custeio administrativo no ano passado. Houve queda real (descontada a inflação) de 2,6% nas despesas com essa rubrica que inclui, por exemplo, serviços de apoio, material de consumo, diárias e passagens e energia elétrica. Elas somaram R\$ 34,9 bilhões de janeiro a dezembro do ano passado. “Os itens que mais contribuíram para essa redução foram as despesas com passagem, que caíram mais de 20%, e com material de consumo, que diminuíram 7,2%, e a locação de imóveis e as despesas com apoio com quedas reais de 6,3%”, destacou o ministro.

Os dispêndios com passagens foram um dos que mais caíram no ano passado. Somaram R\$ 560,1 milhões, um recuo de 20,5%, em termos reais. Já os reembolsos de diárias foram na contramão. Subiram 17,2%, para R\$ 652,5 milhões. Esse aumento ocorreu, segundo Oliveira, devido à realização de grandes eventos executados pela Força Nacional, como as Olimpíadas no Rio, que demanda o pagamento de diárias. O gasto com energia elétrica e água também cresceu 6,3%, para R\$ 2,6 bilhões, como reflexo dos reajustes tarifários. Já as outras despesas, incluindo serviços bancários, aumentaram 29,4%, para R\$ 2,2 bilhões. Oliveira explicou que esse forte aumento foi decorrente do pagamento de despesas atrasadas de 2015 no ano passado.

De acordo com o Planejamento, se forem descontadas as despesas com energia elétrica e com serviços bancários, a queda real teria sido de 4,9% para R\$ 30,9 bilhões. Oliveira informou ainda que, em breve, será publicada uma tabela com a limitação das despesas de custeio de cada item. Segundo ele, o governo

continuará na busca de redução de gastos, revendo uma série de contratos ao longo do ano. “Despesa é como grama, você corta e ela cresce de novo”, afirmou.

Ambiente livre

Atualmente, há 4.314 consumidores livres no país,. Desses, 831 têm demanda contratada superior a 3 megawatts (MW) e podem comprar energia de qualquer fonte, e 3.483 são consumidores especiais, com demanda contratada entre 500 quilowatts e 3 MW e autorização para comprar apenas de fontes incentivadas. Os edifícios do governo devem se encaixar nessa última categoria, estima a Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel). No ano passado, o mercado livre alcançou 27% do consumo do Sistema Interligado Nacional (SIN), maior nível desde setembro de 2013. Com a nova regulamentação, 8 mil consumidores devem migrar para o ambiente livre nos próximos dois anos.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Consórcios interessados na BR

Um dos principais ativos do plano de desinvestimentos da Petrobras para reduzir sua dívida bilionária, a BR Distribuidora é alvo de interesse de vários grupos. No entanto, a Justiça paralisou as negociações de venda da companhia. Cinco consórcios estariam de olho na distribuidora, dispostos a pagar R\$ 12 bilhões pela metade do capital, sendo três brasileiros e dois estrangeiros. A petroleira não comenta o assunto.

O vice-presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet), Fernando Siqueira, afirmou que três grandes corporações estrangeiras que demonstram interesse são: a petroleira francesa Total, o grupo holandês Shell e a canadense Brookfield, com investimentos em energia elétrica e usinas sucroalcooleiras. “A Brookfield quer comprar tudo. A Shell está investindo em campos de petróleo e deve ser candidata. A Total pode entrar junto com a Shell”, disse. Procuradas, a Brookfield e a Total preferiram não comentar e a Shell não respondeu até o fechamento desta edição.

Fontes ligadas ao setor discordam sobre a intenção da Shell, uma vez que a petroleira tem uma joint venture com a Cosan, que formou a Raízen, uma gigante do setor energético brasileiro. Essa ligação pode travar a aprovação do negócio pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) por conta de forte concentração de mercado. Para as mesmas fontes, a Total não teria

interesse em distribuição de combustível.

Enquanto se multiplicam as especulações sobre os interessados na maior rede de distribuição de combustível do país, presente em todos os estados com cerca de 7,5 mil postos, a Petrobras aguarda a liberação da venda de ativos pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O plano de investimentos da estatal tinha meta de arrecadar US\$ 15,1 bilhões até 2016, dos quais foram efetivados US\$ 13,6 bilhões, e mais US\$ 19,5 bilhões até 2018 para reduzir a dívida.

Porém, sofreu uma avalanche de liminares. No fim de janeiro, a Justiça Federal do Sergipe negou recurso da estatal e manteve a suspensão do processo de venda de participação da BR Distribuidora. A decisão unânime da primeira turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região foi o terceiro revés enfrentado pela companhia em pouco mais de uma semana. A Justiça sergipana já havia dado liminar suspendendo a venda da Petroquímica Suape e da Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco (Citepe) para a mexicana Alpek.

Em 23 de janeiro, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou recurso contra liminar que impediu a venda de participação nos campos de Tartaruga Verde, na Bacia de Campos, e Baúna, na Bacia de Santos, para a australiana Karoon. O Sindicato dos Petroleiros de Alagoas e o de Sergipe também movem ação contra as vendas da Liquigás para o grupo Ultra, da Nova Transportadora do Sudeste para consórcio liderado da Brookfield e de vários campos no Sergipe e Ceará. (SK)

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Petróleo: conteúdo local menor

A exigência de um percentual mínimo de conteúdo local, com a contratação de fornecedores nacionais para pesquisa e exploração de petróleo, não será mais considerada nos próximos leilões do setor. A garantia é do secretário de Planejamento e Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento, Marcos Ferrari. Segundo ele, “a alteração já está fechada”. O governo deve concluir hoje a proposta para as novas regras de conteúdo local e enviar o texto para aprovação do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

Ferrari explicou que, atualmente, o percentual de conteúdo local é um dos três itens considerados nas licitações dos blocos. “Ele não constará mais no BID (lance do leilão). Quando isso entra como item de competição, as empresas se comprometem com o maior percentual possível para ganhar o certame. Ao fazer isso, a proposta fica acima do factível e gera um passivo de multas”, disse.

O peso do conteúdo local no leilão é de 15% a 20%. “O lance que é dado para o conteúdo local deixa de ter esse peso e sai da regra do BID”, reiterou o secretário.

Outra medida em estudo é a diminuição dos próprios percentuais mínimos de conteúdo local, que, hoje, chegam a 65%, medida reivindicada por empresários. Os limites terão reduções de 20 a 45%. A proposta de técnicos do Ministério da Fazenda, da Casa Civil e do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic) prevê, nos investimentos em águas profundas, conteúdo de 20% para pesquisa e de 30% para exploração. No caso das concessões para águas rasas, a exigência passaria para 36% nos investimentos em pesquisa e para 45% na exploração.

Após a aprovação pelo CNPE, ligado ao Ministério de Minas e Energia, as mudanças precisam ser publicadas por meio de uma resolução para as novas regras valerem nas áreas que serão licitadas no leilão da 14ª rodada, prevista para setembro. A expectativa era de que isso ocorresse em janeiro. É possível, segundo fontes do governo, que a alteração dos percentuais seja feita por medida provisória.

De acordo com especialistas, a exigência atual encarece os investimentos em 40%, em média, o que prejudica, principalmente, a Petrobras. Para Antônio Guimarães, secretário executivo de Exploração e Produção do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), mesmo os novos percentuais propostos pelo governo são desafiadores.

“Em 2005, criaram as tabelas de conteúdo local, mas só se descobriu como fazer a medição em 2007. A ANP (Agência Nacional do Petróleo) mudou a forma de medir em 2013, ou seja, quando se fala de números, fico preocupado, porque há muita incerteza sobre como serão executados em 2025, que tecnologias existirão lá, e se a indústria nacional terá capacidade de crescer para atender a exigência. É um exercício de futurologia”, alertou.

O especialista em petróleo e gás Luiz Bustamante, consultor do Senado, ressaltou que os percentuais atuais são muito altos, considerando a capacidade de produção da indústria brasileira. “Criam um mercado protegido, com menos eficiência e produtos mais caros. Além disso, a legislação é muito complexa. Nos editais, há uma quantidade imensa de páginas para material, equipamento, motor, com percentuais diferentes para as fases de exploração, desenvolvimento e produção. O governo precisa definir as mudanças para lançar os próximos editais”, assinalou.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção:** Opinião**Autor:****Título:** É preciso reduzir o risco no setor elétrico

Em um passado recente, o investimento no setor elétrico era tido como tão conservador que os papéis das empresas eram conhecidos como ações de viúva, pois tinham baixa remuneração, mas o risco também era discreto. Hoje, no entanto, o setor vive período de instabilidade financeira. A incerteza e a volatilidade das condições do mercado são tão grandes que, em períodos de seca, distribuidoras e produtores não conseguem fechar o mês sem recorrer a malabarismos, empréstimos e repasses setoriais.

Apesar de apresentar problemas e desgastes, o modelo vigente do setor elétrico teve papel fundamental na expansão do abastecimento de energia, permitindo que fosse dobrada a capacidade de geração nos últimos 15 anos, que milhares de quilômetros de linhas de transmissão fossem instaladas e que 16 milhões de consumidores entrassem no mercado. Mas está claro que, da forma como está, é necessário atualizá-lo.

Especialmente após a Medida Provisória (MP) 579, de setembro de 2012, e de todas as mudanças decorrentes, houve aumento expressivo da incerteza, da complexidade e da instabilidade das condições de mercado. O barateamento da energia elétrica, sem um fundamento econômico mais robusto, abriu caminho não só para a crise do setor elétrico, mas para a própria crise fiscal que hoje é um dos grandes problemas do país. Junto com a seca, as mudanças regulatórias sem base na realidade do mercado criaram problemas no sistema de comercialização, distorcendo os incentivos e premiando agentes sem mérito econômico, ou de atuação do setor, o que terminou por exaurir o modelo.

É preciso, portanto, recuperar a estabilidade do setor elétrico e criar as condições e incentivos para que possa não só se expandir, como também enfrentar os enormes desafios tecnológicos e regulatórios que se apresentam. O setor experimenta em nível mundial uma revolução que está mudando a maneira de consumir e de produzir energia elétrica. São as novas fontes de oferta (eólica, solar, etc.) e novas formas de consumir (carro elétrico, armazenamento e outros serviços de eletricidade).

Essa transformação deve ser refletida nas premissas do novo modelo brasileiro. De tal maneira que possamos aproveitar as vantagens dessas inovações tecnológicas, mas sem destruir o valor do parque elétrico existente, beneficiando consumidores, empresas, operadores e outros agentes. Exemplo é a geração distribuída que, se for adotada de forma equilibrada, pode beneficiar

tanto o consumidor quanto o sistema. Mas, se for incentivada sem limites, destruirá o valor das distribuidoras, que são a porta de entrada dos recursos financeiros para todo o setor elétrico e seus agentes.

É essencial que o caixa das distribuidoras, e também dos produtores, seja saudável e previsível, para que se mantenham atrativos aos investidores e garantam a sustentabilidade econômica de todo o setor. Não se trata de engessar as regras nem de garantir retornos predeterminados, como foi feito no passado. Pelo contrário, é preciso dar espaço para a atuação empresarial e a diferenciação entre as companhias. O que deve ser feito é corrigir as distorções nos incentivos de mercado e reduzir a instabilidade e as incertezas nas regras. Afinal, não é possível que, em um setor tão estratégico e essencial para a economia e a sociedade, as empresas não consigam se planejar com mais de uma quinzena de antecedência por conta de flutuações no preço da energia no mercado de curto prazo ou algo do gênero.

Em suma, não é preciso destruir totalmente o modelo, mas aprimorá-lo para recuperar seu papel de estimulador do mercado e para incorporar as inovações tecnológicas em curso. Para que os investimentos no setor voltem a ter uma remuneração razoável e segura e as empresas e para que famílias possam estar certas que teremos, hoje e amanhã, energia boa, segura e a preços competitivos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner

Título: Governo cobra ANP por regra de 'waiver'

Longe de acordo sobre a mudança nas regras de conteúdo local, o governo tem consenso formado em torno da necessidade de regulamentação do mecanismo de "waiver" para as petroleiras que não cumprem com exigências na aquisição de bens e serviços nacionais. O estoque de multas potenciais pelo descumprimento das normas atuais é estimado em dezenas de bilhões de reais. As penalidades ainda não foram aplicadas porque os contratos estão em fase de execução.

Mesmo com visões divergentes sobre a nova política de conteúdo local, os ministérios responsáveis pela discussão querem uma regulamentação dos "waivers" ainda no primeiro semestre pela Agência Nacional do Petróleo (ANP). O Tribunal de Contas da União (TCU) também pressiona a agência por uma definição.

Quando as empresas não conseguem atender ao índice de conteúdo local exigido nos leilões, elas costumam levar à ANP pedidos de anistia pelas encomendas

feitas no exterior. A avaliação no governo e no tribunal é de que a falta de normas claras para definir em que condições esses pleitos de "waiver" são passíveis de atendimento gera insegurança nas petroleiras e efeitos negativos à indústria nacional.

Inicialmente marcada para segunda-feira, a reunião que pode bater o martelo sobre as regras de conteúdo local da 14ª rodada de licitações da ANP estava prevista para hoje, mas foi novamente adiada. O grupo liderado por Casa Civil, Fazenda, Minas e Energia e Planejamento - este último não tem voto no comitê - fechou questão em defesa de um índice global para o cálculo dos bens e serviços nacionalizados no setor.

Em um aceno à indústria, porém, a equipe econômica admite excluir do cálculo o fornecimento de serviços de baixo valor agregado, como segurança e alimentação. Associações industriais como a Abimaq (máquinas e equipamentos) e a Abinee (materiais elétricos) apontam o risco de que a adoção de um índice global favorece o preenchimento dos requisitos por serviços baratos.

Com apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e da área técnica do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic) defende a divisão das exigências de conteúdo em três a cinco "macrosegmentos".

As últimas rodadas de licitações tiveram requisitos divididos em cerca de 90 itens - o que é chamado no governo de "planilhão". O monitoramento do que se cumpria e do que era descumprido envolve um enorme custo de transação, com grande quantidade de certificadoras contratadas pelas petroleiras e mobilização de recursos humanos da ANP para fiscalizar os números apresentados, lembra um técnico que participa das discussões.

Uma crítica da equipe econômica às regras atuais é sobre o enrijecimento tecnológico para as operadoras. Trata-se de um setor com inovações constantes e planilhas imóveis engessam o aproveitamento de equipamentos mais modernos, ainda que fabricados no exterior. Um exemplo disso é que as turbinas a gás, presentes nas últimas planilhas, foram substituídas por turbinas a vapor. O compromisso de conteúdo local, no entanto, não permite que essa troca seja efetuada.

A equipe econômica também nota uma armadilha nas regras atuais. O conteúdo local requerido na exploração dos blocos de petróleo é dividida em mais de uma etapa. Se a empresa segue à risca todas as exigências na fase de sísmica (quando desenvolve atividades geológicas), mas desiste de perfurar os poços por falta de viabilidade da exploração, ela acaba sendo multada porque leva nota zero na segunda etapa.

Sem consenso entre as duas correntes no governo, os integrantes do Pedefor - nome do programa criado por decreto da ex-presidente Dilma Rousseff para revisar a política de conteúdo local - se preparam para decidir as novas regras base da votação.

Além de questões conceituais, os dois grupos divergem dos números que deveriam ser colocados na 14ª rodada como percentuais mínimos de nacionalização. Diante do impasse, há quem aposte em adiamento da decisão.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito

Título: Mudanças são "péssima sinalização"

As mudanças em estudo pelo governo nas regras de conteúdo local para a 14ª rodada de licitações da Agência Nacional do Petróleo (ANP) são "uma péssima sinalização para as empresas que têm planos de investir na indústria de bens e serviços no Brasil", na avaliação da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq).

"A mudança radical, embora haja o compromisso do governo de que será válida apenas para a 14ª rodada, é uma péssima sinalização para as empresas que têm planos de investir na indústria de bens e serviços no Brasil. É um sinal de alerta para aquelas empresas que já investiram, as quais sem muita dificuldade podem sair do país, deixando para trás mais desemprego, além de impostos que deixarão de ser gerados", afirma José Velloso, presidente da Abimaq, em documento enviado às autoridades envolvidas na discussão sobre a política de conteúdo local na cadeia do petróleo e gás natural.

O "Movimento Produz Brasil", formado por 14 associações e federações estaduais de indústrias, liderado por Firjan e Fiesp, e do qual a Abimaq faz parte, diz apoiar o aprimoramento das regras, mas critica a proposta de conteúdo local global. Segundo o porta-voz do movimento, José Ricardo Roriz, da forma como está elaborado o índice de conteúdo global pode ser alcançado sem a contratação de máquinas, equipamentos e materiais produzidos no Brasil.

"Defendemos uma abertura que pudesse contemplar a visão pelo fornecimento, garantindo percentual mínimo para compras de serviços, bens, engenharia de projetos, infraestrutura e sistemas auxiliares, totalizando cinco macrosssegmentos, ou cinco percentuais", diz Roriz, em nota.

"Da forma como está [a proposta], se considerarmos um índice de, por exemplo, 40%, esse percentual pode ser alcançado com 0% de máquinas, equipamentos e

materiais, os quais são provenientes da indústria de transformação, que é aquela que mais agrega valor e mais gera empregos", afirma.

Segundo ele, para que haja homogeneidade na participação dos diversos segmentos envolvidos, é necessário que esses segmentos sejam considerados individualmente no cômputo do conteúdo local.

Roriz defendeu ainda a isonomia competitiva da indústria, por meio da redução do "custo Brasil". Segundo ele, a indústria nacional "convive com elevada carga tributária, juros altos, preços elevados de matérias-primas e deficiências na estrutura logística".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Francisco Góes

Título: Estaleiros buscam apoio de prefeitos de municípios

Os estaleiros nacionais estão articulando uma frente reunindo a indústria, políticos e trabalhadores em defesa do conteúdo local nas encomendas da indústria de petróleo. Uma das estratégias do Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore (Sinaval) é conseguir o apoio de prefeitos de cidades que dependem de estaleiros ou têm fornecedores ligados à indústria de petróleo para a ação que a entidade move, na Justiça Federal, contra a Petrobras. Na ação, o Sinaval tenta impedir a estatal de contratar plataforma para Libra, no pré-sal, sem os requisitos de conteúdo local exigidos para o campo.

No ano passado, a Petrobras fez pedido de isenção ("waiver") do conteúdo local para as unidades dos campos de Libra e Sépia, no pré-sal, à Agência Nacional do Petróleo (ANP). Ontem, a ANP informou que abre, a partir de hoje e por 30 dias, consulta pública para receber informações para análise do pedido de isenção de cumprimento de conteúdo local da plataforma de Libra. Uma audiência está prevista para 30 de março. "O objetivo da ANP, com a realização da consulta e da audiência, é garantir a transparência e a participação de todos interessados no processo decisório", disse a ANP.

O pedido de isenção das obrigações de conteúdo local da unidade de Libra foi apresentado pela Petrobras em 30 de agosto de 2016. "Desde então, a ANP vem analisando a documentação enviada pela empresa tendo, inclusive, solicitado informações adicionais para a instrução do processo. Após análise das informações recebidas, a área técnica irá preparar uma recomendação à diretoria colegiada, que decidirá sobre o pedido." A agência disse que a Petrobras encaminhou todas as informações solicitadas até o momento.

Sobre Sépia, acrescentou: "A cláusula oitava do contrato de cessão onerosa prevê a revisão de alguns itens contratuais, entre eles, os percentuais mínimos de conteúdo local. Tendo em vista que esse processo de revisão encontra-se em andamento, a ANP não fará a análise do pedido de isenção referente à Sépia até sua conclusão."

Ontem, o prefeito de Angra dos Reis, Fernando Jordão (PMDB), disse ao Valor que tem interesse de entrar na ação que tramita no TRF I, em Brasília, movida pelo Sinaval, como parte interessada. O receio de Jordão é de aumento do desemprego no município, que abriga o estaleiro Brasfels, um dos maiores do país. O Brasfels tem cerca de 3 mil trabalhadores e parte dessa mão de obra corre o risco de ser dispensada, se o estaleiro não tiver novas encomendas. "Subscribo a ação do Sinaval [relacionado ao "waiver" de Libra]", disse Jordão.

O prefeito defendeu, porém, que os estaleiros trabalhem para reduzir custos nas obras em uma conversa que teve na manhã de ontem com Ariovaldo Rocha, presidente do Sinaval. Rocha disse que o setor tem hoje 38 mil empregos diretos, queda de 65% em relação aos 83 mil postos de trabalho de dezembro de 2014. E disse que o Rio de Janeiro é um dos maiores prejudicados pela crise no setor.

Em Brasília, a deputada federal Soraya Santos (PMDB-RJ) disse que articula um movimento na Câmara dos Deputados em defesa do conteúdo local. Os sindicatos de metalúrgicos também se aliaram ao Sinaval nessa discussão. O Sinaval entende que, se for permitido à Petrobras rever regras de conteúdo nacional para as primeiras unidades de Libra e Sépia, vai se "abrir a porteira" para que, no futuro, outras plataformas para esses campos sejam encomendas no exterior, sem conteúdo local.

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Ivo Ribeiro

Título: Energia garante retomada da ABB

A atividade do segmento de transmissão de energia impulsionou os resultados do grupo suíço-sueco ABB no Brasil no quarto trimestre do ano passado, ajudando a compensar o baque na demanda sentido nos trimestres anteriores. Em entrevista ao Valor o presidente da ABB no Brasil, Rafael Paniagua, disse que as encomendas subiram 36% nos últimos três meses de 2016 na comparação anual, refletindo justamente a procura por equipamentos nessa área do setor elétrico.

Com isso, a fabricante, especializada em tecnologias de energia e automação, fechou o ano com faturamento de R\$ 2,1 bilhões no país, queda de um dígito na comparação com o resultado de 2015. Desse montante, cerca de 20% correspondeu a ganhos com exportação de equipamentos.

Neste ano, a ABB aposta na continuação do crescimento como fornecedora no segmento elétrico. "Crescemos muito com transmissão de energia. Os leilões deram certo, agora haverá novo leilão. Seguimos acreditando que muitos investidores vão entrar nessa área", disse Paniagua.

"Esperamos reverter a queda [de faturamento] em 2017. Transmissão vai trazer oportunidades, e confiamos também em energias renováveis e em algumas indústrias, como bebidas, eletrônica, química e mineração", afirmou. Um dos grandes negócios da ABB em transmissão foi, logo no início do ano, a obtenção de um contrato de US\$ 75 milhões para fornecer 14 transformadores conversores de corrente contínua para o segundo linha da hidrelétrica de Belo Monte, que está sendo construído pela chinesa State Grid.

O segmento de equipamentos para geração de energias renováveis também ajudou nos resultados da empresa no ano passado. "Temos ainda um 'pipeline' de eólicas para 2017", disse Paniagua. A partir do ano que vem, porém, com a falta de novos leilões de energia renovável, a empresa ainda não tem encomendas na área.

Ainda na área de renováveis, a ABB aposta na expansão da geração distribuída, principalmente com geração solar fotovoltaica.

"Os indicadores de confiança dos investidores estão melhorando, mas ainda faltam as encomendas. Esperamos que elas venham depois desse momento", disse Paniagua. O executivo lembrou, por exemplo, que grandes indústrias, como as siderúrgicas, ainda estão com grande capacidade ociosa e podem ser um mercado potencial para equipamentos da ABB. "Os empresários estão cada vez mais preocupados com temas como produtividade e segurança", disse.

As novas concessões de aeroportos e portos que devem movimentar o mercado em 2017, como parte do Programa de Investimentos e Parcerias (PPI), também são possíveis alvos para a empresa, que enxerga oportunidades em todos os segmentos que possam ter ganhos com maior automação.

As privatizações das distribuidoras de energia da Eletrobras também podem trazer oportunidades de negócios nessa área. No entanto, a concorrência deve ser grande, pois muitos investidores devem ser estrangeiros, aumentando o escopo de possíveis fornecedores, explicou Paniagua.

A ABB atua em quatro divisões: produtos de eletrificação, robótica (inclui fabricação de motores e conversores), automação industrial e energia (equipamentos para transmissão e geração).

No Brasil, a empresa tem cinco fábricas, sendo três no interior de São Paulo, uma em Minas Gerais e outra em Santa Catarina. A empresa está ainda posicionada

em outros países na América Latina, como Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Uruguai.

O resultado global da companhia, divulgado ontem, foi impulsionado pelo segmento de energia e pelo avanço nos mercados dos EUA e da China. A ABB teve lucro líquido de US\$ 1,9 bilhão no ano, alta de 2%. A receita, porém, recuou 5%, para US\$ 33,8 bilhões.

As perspectivas são de que este ano será, globalmente, de transição, refletindo algumas incertezas, como a saída do Reino Unido da União Europeia e as tensões geopolíticas no mundo todo. Os sinais macroeconômicos nos EUA são positivos, diz a companhia, que espera continuidade do crescimento da economia da China.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia

Título: Usinas do grupo Bolognesi são adiadas

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) postergou por dois anos, para janeiro de 2021, o prazo para o início de operação das termelétricas Rio Grande (RS) e Novo Tempo (PE), movidas a gás natural liquefeito (GNL), do grupo Bolognesi. Os dois projetos, que juntos somam quase 2,5 mil megawatts (MW) de capacidade instalada, estavam previstos inicialmente para entrar em operação em janeiro de 2019.

O adiamento do início de operação das usinas contribui para os planos da companhia de vender uma participação nos dois projetos, com a transferência de controle para o novo sócio, conforme o Valor apurou. Não se sabe se o grupo venderá também participação nos terminais de regaseificação de GNL que atenderão as usinas.

Os dois empreendimentos estavam em processo de revogação da outorga na agência, devido ao não cumprimento de etapas de implantação das usinas, pela Bolognesi. A companhia, no entanto, alegou que estava realizando acordos bilaterais com distribuidoras para suspender a obrigação de suprimento de energia entre janeiro de 2019 e dezembro de 2020.

Junto com a postergação do cronograma, a diretoria da Aneel determinou então que a empresa entregue até o fim de agosto deste ano a comprovação da estruturação financeira, celebração dos contratos de fornecimento de gás e obtenção das licenças devidas, entre outros documentos.

Se até essa data, a Bolognesi não comprovar esses itens, "o processo punitivo da fiscalização [da agência] deverá ser retomado", informou o diretor da Aneel Reive Barros, relator do processo, em seu voto relativo ao assunto.

A Aneel também não permitirá a celebração de novos acordos bilaterais entre a Bolognesi e as distribuidoras, para postergar o início do suprimento de energia para além de janeiro de 2021.

Ao justificar o pedido de prorrogação dos prazos, em documento enviado à Aneel, a Bolognesi citou fatores "imprevisíveis e extraordinários" que ocorreram depois do leilão A-5 de 2014, no qual os projetos foram vendidos.

Entre os itens "que provocaram o profundo desequilíbrio econômico-financeiro" dos projetos e tornaram as obrigações da companhia "profundamente onerosas" estão a variação cambial, que provocou o "aumento exponencial" dos investimentos nos empreendimentos, a retração da economia e, consequentemente, do crédito, e o aumento das taxas de juros.

Segundo a Bolognesi, em decorrência desses fatores, sua capacidade de financiar os projetos foi "profundamente impactada".

Na época do leilão vencido pela Bolognesi, especialistas chamaram a atenção para o risco de concentração de um volume grande de energia em dois projetos complexos (devido à contratação de GNL) e nas mãos de um entrante no segmento. O temor do mercado era com relação a um novo "caso Bertin", grupo que acumulou 6 mil MW de projetos em 2008, com investimentos previstos de R\$ 7 bilhões, e cuja maioria deles não foi construída até hoje. Parte desses projetos foram vendidos e outros tiveram o contrato rescindido.

O buraco na oferta de energia aberto pela Bertin provocou a subcontratação das distribuidoras, afetando o fluxo de caixa dessas empresas. O atraso na construção das duas térmicas da Bolognesi não trouxe prejuízo para o setor, devido à queda do consumo, reflexo da crise econômica.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Juliana Schincariol

Título: Fundos de pensão cobram da Petrobras perdas na Sete Brasil

Fundos de pensão que investiram na Sete Brasil, empresa destinada a construir sondas para exploração do pré-sal, vão recorrer contra a Petrobras em uma câmara de arbitragem para tentar recuperar os prejuízos causados por um esquema de corrupção envolvendo a petroleira.

Segundo apurou o Valor, a Previ, fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, vai recorrer à Câmara de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil Canadá. A entidade segue o mesmo caminho feito pela Funcef, da Caixa Econômica Federal, e pela Valia, dos funcionários da Vale, disseram duas fontes com conhecimento do assunto.

As informações correm em sigilo na câmara de arbitragem e o recurso é previsto em contrato. Procurada, a Previ disse que não iria comentar o assunto. Representantes da Valia e da Funcef não foram localizados. Os fundos têm participação na Sete por meio do FIP Sondas, dono de 95% da companhia.

O entendimento é que o resultado da arbitragem depende do desenrolar do plano de recuperação judicial da Sete Brasil, protocolado em agosto após a derrocada do petróleo e os escândalos de corrupção. O plano exigiria investimentos adicionais de US\$ 5 bilhões. Uma assembleia para votar o plano foi adiada em janeiro, na falta de consenso entre os credores.

Os fundos de pensão não estão sozinhos. Nos Estados Unidos, o fundo de investimento EIG Partners, também cotista do FIP Sondas, propôs uma ação na Corte Distrital de Columbia por prejuízos com a Sete Brasil na qual são requeridos US\$ 300 milhões de indenização da Petrobras.

A Sete Brasil recebeu inicialmente a encomenda de 28 sondas, um projeto que exigiria aportes de US\$ 26,4 bilhões.

A Funcef aplicou inicialmente R\$ 350 milhões no FIP Sondas, fatia que subiu para R\$ 1,38 bilhão após aderir ao aumento de capital. Hoje tem 18% da empresa. Já a Previ colocou R\$ 180 milhões para adquirir uma participação de 9,9% da Sete Brasil. A entidade decidiu não participar do aumento de capital e diluiu sua fatia para 2,3%. A fundação costuma afirmar que o investimento foi "profundamente investigado" pela CPI dos Fundos de Pensão, e que sua atuação foi destacada como exemplo na decisão de não acompanhar a segunda oportunidade de investimento.

O investimento da Valia na Sete foi de R\$ 200 milhões. Assim como os outros fundos de pensão, a fundação também reconheceu as perdas com o investimento em seus balanços, considerando a remota possibilidade de continuidade do plano de negócios da empresa.

Além de ter sido alvo da CPI dos Fundos de Pensão, a Sete Brasil está envolvida em escândalos de corrupção no Brasil, como as operações Lava-Jato e Greenfield, relacionada a fundos de pensão, e em que foi alvo de mandados de busca e apreensão em setembro. Na Lava-Jato, a força tarefa já disse que a empresa foi criada para majorar preços e fraudar licitações do mercado de navios e

plataformas. Os procuradores disseram, em abril de 2016, que o plano para montar a Sete Brasil serviu para como uma extensão do esquema de propinas na Petrobras.

A Petros, que também é cotista e já pediu investigação na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) a respeito de outros FIPs, disse que não há ações contra a Sete Brasil.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Souza Ramos

Título: Tereos investe R\$ 60 milhões em usina

O grupo francês Tereos, dono da Guarani no Brasil, está investindo R\$ 60 milhões para ampliar a capacidade de moagem de cana-de-açúcar em sua usina em Tanabi (SP), afirmou Jacyr Costa Filho, diretor Região Brasil da Tereos, ao Valor. Esse é um dos poucos aportes em aumento de capacidade de moagem desde a recuperação dos preços internacionais do açúcar.

A ampliação, que deverá estar concluída para a safra 2018/19, vai adicionar 1 milhão de toneladas às atuais 3 milhões de toneladas de capacidade instalada da Usina Tanabi, uma das sete do grupo no país. Com isso, a capacidade total de moagem sob o guarda-chuva da Tereos no Brasil crescerá 5%, para 21 milhões de toneladas de cana por safra.

O aporte também permitirá que a Tanabi direcione uma parcela maior do caldo de cana para a produção de açúcar. Atualmente, a usina pode direcionar 50% do caldo de cana para a produção da commodity e os outros 50% para o etanol.

Segundo Costa Filho, o aumento de capacidade industrial ocorre em paralelo a uma expansão agrícola da companhia, que vem intensificando o plantio em novas áreas com cana. No ano passado, a Tereos aumentou sua área de cultivo em 3 mil hectares, que serão colhidos na próxima safra (2017/18), entre abril e novembro. Neste ano, entre fevereiro e maio, a companhia acrescentará mais 5 mil hectares à sua área de cultivo por meio de arrendamentos. Essa área será colhida na safra 2018/19.

Atualmente, a Usina Tanabi ainda opera aquém de sua capacidade de moagem. Na safra 2016/17, a unidade processou 2,4 milhões de toneladas de cana e, na próxima temporada, a estimativa é de uma leve queda, para 2,3 milhões de toneladas.

Desde o ano passado, a recuperação dos preços do açúcar na bolsa de Nova York e a vantagem em relação à remuneração oferecida pelo etanol animaram algumas usinas do Centro-Sul a investir no direcionamento de mais caldo de cana para o açúcar.

Já os investimentos em aumento de capacidade de moagem têm sido pontuais, como o da São Martinho iniciado no ano passado para elevar a capacidade da Usina Santa Cruz em 500 mil toneladas, para 5,6 milhões de toneladas. Essa ampliação deve estar pronta para a temporada 2017/18.

Na semana passada, a Tereos concluiu a aquisição da participação de 45,97% da Petrobras Biocombustíveis na Guarani, por um valor de US\$ 202,75 milhões por meio da Tereos Participations.

A decisão de adquirir a fatia da estatal se deu pela importância do Brasil no tabuleiro mundial da produção de açúcar, segundo o diretor Região Brasil da Tereos. "A Tereos é o terceiro maior produtor de açúcar do mundo, e para nós é estratégico ter uma posição no Brasil", disse Costa Filho. A Tereos não vê necessidade de um sócio para o negócio no Brasil, uma vez que o pagamento à Petrobras já foi feito, mas o executivo disse que a empresa está aberta se aparecer uma "oportunidade estratégica".

A companhia espera moer 20 milhões de toneladas de cana na próxima safra, um volume praticamente igual ao do ciclo atual. O mix será mais açucareiro, o que deve elevar a produção de açúcar de 1,6 milhão de toneladas na safra para 1,8 milhão de toneladas.

MME / ASCOM .